



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a futura e eventual aquisição de pneus, câmara de ar e protetor de pneus para atender as necessidades do Município de Nova Cruz-RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item - Código - Descrição	Unidade	Quantidade
1 - 0040306 - PNEU 165.70 R13, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	50
2 - 0040307 - PNEU 175.65 R14, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
3 - 0040308 - PNEU 185.65 R14, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
4 - 0019726 - PNEU 185.70 R13, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
5 - 0019729 - PNEU D 650 - 16, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
6 - 0019730 - PNEU D 700 - 16, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
7 - 0019731 - PNEU D 750 - 16, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
8 - 0019732 - PNEU 140/137J 900X20, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
9 - 0019735 - PNEU 1.000X20, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	30



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

da ABNT		
10 - 0019737 - PNEU 205.70 R15, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
11 - 0019738 - PNEU 225.70 R15, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
12 - 0019739 - PNEU 225.75 R16, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
13 - 0019740 - PNEU 235.70 R15, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
14 - 0019741 - PNEU 245.70 R16, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
15 - 0019742 - PNEU 215.75 R17.5, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
16 - 0019745 - PNEU T 494 6.50 - 16, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
17 - 0019746 - PNEU 12.5/80 - 18, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
18 - 0019747 - PNEU D 12.4.24, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
19 - 0019749 - PNEU 1400-24, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	20
20 - 0019750 - PNEU T 18.4-30, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
21 - 0019751 - PNEU T 18.4-34, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado,	UND	15



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT		
22 - 0019752 - PNEU 12 16.5	UND	20
23 - 0019754 - PNEU 16.9.24, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
24 - 0026313 - PNEU 17.5.25, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	20
25 - 0019756 - PNEU 255 75 R 15, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
26 - 0019758 - PNEU 265 70 R 15, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
27 - 0019759 - PNEU 80X100 DIANTEIRO DE MOTO, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	20
28 - 0019760 - PNEU 90X90-18 TRASEIRO DE MOTO, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	20
29 - 0019761 - CAMARA DE AR 6.50 R16, Original de fábrica, produto novo (sem uso) - o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
30 - 0019763 - CAMARA DE AR 700 R16, Original de fábrica, produto novo (sem uso) - o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
31 - 0019764 - CAMARA DE AR 750 R16, Original de fábrica, produto novo (sem uso) - o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
32 - 0019765 - CAMARA DE AR 900X20, Original de fábrica, produto novo (sem uso) - o item deverá atender as normas da ABNT	UND	70
33 - 0019766 - CAMARA DE AR 1.000X20, Original de fábrica, produto novo (sem uso) - o item deverá atender as normas da ABNT	UND	20
34 - 0019768 - CAMARA DE AR 1.400 R24, Original de fábrica, produto novo (sem uso) - o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
35 - 0040311 - CAMARA DE AR 11.2.24, Original de fábrica, produto novo (sem uso) - o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

36 - 0019770 - CAMARA DE AR 24.4.30, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
37 - 0019771 - CAMARA DE AR 12.4.24, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
38 - 0040312 - CAMARA DE AR 12X16.5, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
39 - 0019773 - CAMARA DE AR KM24, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
40 - 0019774 - CAMARA DE AR 16.9 / 18.4-34, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
41 - 0040313 - CAMARA DE AR 19.5.24, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
42 - 0019776 - CAMARA DE AR 16.9-24, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
43 - 0040314 - CAMARA T 18.4.30, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
44 - 0040315 - CAMARA DE AR MOTO R18, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	20
45 - 0026314 - CAMARA DE AR 17.5.25, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	20
46 - 0019780 - PROTETOR 1000X20, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
47 - 0019782 - PROTETOR 900X20, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	80
48 - 0019783 - PROTETOR 750 R16, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
49 - 0019784 - PROTETOR R 16, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
50 - 0018653 - PROTETOR R 20, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
51 - 0019785 - PROTETOR R 22, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
52 - 0018654 - PROTETOR R 24, Original de fábrica, produto novo (sem uso) – o item deverá atender as normas da ABNT	UND	15
53 - 0033339 - Pneu 14.9-24 10 lonas, dianteiro para trator Valtra a850, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	10
54 - 0033344 - Pneu 195/70 r15, certificado pelo inmetro, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	10



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

55 - 0033345 - Pneu 205/60 r15, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	30
56 - 0033350 - Pneu 255/70 r16 115/112t, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	10
57 - 0033353 - Pneu it525 aro 19.51-24 para retroescavadeira, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	10
58 - 0033358 - Pneu 195/75 r16c 008 lonas, SEM CÂMARA - original de fábrica, produto novo (sem uso). NÃO pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. O item deverá atender as normas da ABNT	UND	10

1.2. Os itens objeto da presente aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.3. Os itens objeto da presente aquisição é classificado como bem comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, contados a partir da sua assinatura do instrumento contratual da Ata de Registro de Preço, sendo admitida sua prorrogação por igual período.

1.5. O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O fornecimento dos itens acima descritos será parcelado, nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

1.7. **A licitantes deverão obedecer a legislação e normas técnicas em vigor para emissão, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos licitados.**

1.8. **No ato da entrega não poderá ter transcorrido 10% (dez por cento), do prazo de validade dos produtos.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual para o exercício de 2024.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para a nossa frota se faz necessária em função de diversos fatores que impactam diretamente a segurança e a eficiência das nossas operações, são eles:

- a) Pneus em boas condições são fundamentais para garantir a segurança dos motoristas e dos passageiros. O uso de pneus desgastados ou danificados aumenta o risco de acidentes, com consequências graves para todos os envolvidos. A substituição imediata de pneus em condição inadequada é uma medida preventiva essencial.
- b) Pneus adequados e bem mantidos melhoram a performance dos veículos, garantindo uma condução mais suave e eficiente. Pneus em bom estado contribuem para uma melhor aderência ao solo, reduzindo a probabilidade de derrapagens e promovendo uma condução segura, especialmente em condições adversas.
- c) Veículos equipados com pneus e câmaras de ar de qualidade tendem a ter menores índices de manutenção e durabilidade, resultando em uma economia significativa a longo prazo. Pneus em bom estado reduzem o consumo de combustível, impactando positivamente o orçamento operacional.
- d) A utilização de pneus adequados e revisados está em conformidade com as normas de segurança viária estabelecidas pelos órgãos reguladores. A aquisição de pneus novos é, portanto, uma obrigação legal que deve ser levada em consideração para evitar penalidades.
- e) A manutenção da frota em condições ideais, incluindo a instalação de pneus e câmaras de ar novos, é crucial para garantir a continuidade das operações sem interrupções. Pneus em desempenho adequado minimizam o risco de paradas inesperadas e aumentam a confiabilidade dos serviços prestados.

3.2. Diante do exposto, enfatizamos a importância e a urgência da aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores, não apenas para a segurança e eficiência dos nossos veículos, mas também como uma estratégia de economia e conformidade com as legislações vigentes.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos de contratação:

5.1.1. Entrega dos itens de acordo com as especificações constante da Tabela 1 desse instrumento.

5.1.2. Efetuar entrega dentro do prazo proposto, devendo oferecer os produtos com a qualidade e a tempestividade prometida.

5.1.3. Entregar os produtos em suas respectivas caixas e ou pacotes originais, embalados e lacrados, sem avarias;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ**

- 5.1.4 Os produtos deverão conter embalagem com data da fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos.
- 5.1.5 Os pneus deverão atender as normas da ABNT e ter certificado ISO, aos termos, diretrizes e critérios estabelecidos pelo INMETRO, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO e apresentar a garantia de fábrica da validade dos mesmos.
- 5.1.6 Os pneus deverão apresentar etiquetas de desempenho com as seguintes características mínimas:
- a) Resistência ao Rolamento: C ou superior
 - b) Aderência ao Molhado: C ou superior
- 5.1.7 Há a exigência quanto aos produtos serem de fabricação nacional, porém, os mesmos poderão apresentar marcar iguais ou similares às marcas Pirelli, Firestone, Dunlop e/ou Continental, em razão destas serem de 1ª (primeira) linha, portanto, mais resistentes à região do semiárido;
- 5.1.8 Os produtos adquiridos precisam conhecer e cumprir a Resolução Contran nº 913 de 28/03/2022, que regulamenta a Fabricação de Pneus, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das Normas Técnicas de Fabricação (NBR) e Selo (registro) Inmetro.
- 5.1.9 A contratada deve ser responsável pelo transporte do produto de seu estabelecimento até o local determinado pela contratante, bem como pelo seu descarregamento.
- 5.1.10 Garantir a boa qualidade do produto, respondendo por qualquer falha, procedendo à substituição sempre que necessária.
- 5.1.11 Os produtos devem apresentar data de fabricação e data de validade, sendo assim, deve estar em período de validade conforme indicações da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP).

Da Subcontratação

- 5.2 Na presente Contratação **NÃO** será admitida subcontratação.

Da Garantia da contratação

- 5.3 NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

6 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 6.1 O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva Ordem de Compra.
- 6.2 Os bens deverão ser entregues nos endereços combinados de acordo com o envio da Ordem de Compra.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

6.3 Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.8 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

7 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.6 O fiscal técnico de o contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

7.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.8.2 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

7.9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. DO CRITÉRIO DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente bancária de titularidade do Contratado.

8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, e ordem de compra e/ou serviço, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6 - A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.6.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.6.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.12 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

7.13 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

9.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

9.2.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.2.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.2.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.2.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.2.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

9.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 Os valores UNITÁRIOS estimados para a contratação são sigilosos, os quais passarão a ser públicos apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8.2 A justificativa para o orçamento sigiloso, é que, com ele, busca-se equiparar a chamada “assimetria de informações”, ou seja, o órgão não sabe o preço mínimo do fornecedor e ele também não sabe o preço máximo. Isso pode gerar vantagem econômica na contratação de modo que o preço máximo estimado pelo órgão não sirva como um parâmetro para que os licitantes ofertem as suas propostas aplicando apenas um percentual de redução de valores, muitas vezes, sem trabalho técnico e responsável e sem analisar detidamente todos os elementos do edital.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

11.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11 DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, de acordo com cada secretaria solicitante.

13.2 Não há obrigatoriedade de dotação orçamentária para Ata de Registro de Preços.

Nova Cruz – RN 20 de agosto 2024

Micarla da Silva Paiva
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Genilson Alves
Secretária Municipal de Serviços Urbanos, Transportes e Obras Públicas